

37º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

Águas de Lindóia | SP 23 a 27 de setembro 2013

Competição Eleitoral e Financiamento de Campanhas nas Eleições de 2012

Vitor de Moraes Peixoto

Mauro Macedo Campos

João Francisco Barreto Caiafa Balbi

Nelson Luis Motta Goulart

ST16: Financiamento político no Brasil: o impacto do dinheiro sobre partidos,
eleições, candidatos e representantes.

Coordenadores: Emerson Urizzi Cervi (UFPR) e Mauro Macedo Campos (UENF)

1 – Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar sistematicamente os custos das campanhas nas eleições municipais de 2012. Serão testados os impactos da competição eleitoral e do número de eleitores sobre os gastos de campanhas. Na primeira sessão se introduz um breve esforço para contextualizar e definir os atributos do conceito de competição e suas funções nos sistemas democráticos. Logo em seguida se apresentam o problema de pesquisa, as características das unidades observacionais, assim como as vantagens e desvantagens do desenho de pesquisa aqui proposto. Na terceira sessão, realiza-se uma radiografia das características dos municípios brasileiros no intuito de descrever as principais variáveis e indicadores que entrarão no modelo explicativo. Na quarta sessão, encontram-se os testes dos indicadores por meio de modelos OLS para estimar os impactos das variáveis socioeconômicas (tais como renda *per capita*, taxa de analfabetismo, urbanização, industrialização, etc.), institucionais (tal qual a magnitude dos distritos) e indicadores da competição eleitoral sobre os custos por eleitor nas eleições majoritárias e proporcionais nos municípios brasileiros em 2012.

O processo eleitoral é o período em que as disputas entre grupos distintos, organizados em partidos, que almejam o poder ganham maior destaque. Os partidos disputam votos e os perdedores devem reconhecer sua derrota, aceitando assim, as regras do sistema eleitoral, isso porque almejam disputar novamente no próximo pleito um lugar no Estado. Para que os eleitores tomem conhecimento das propostas dos partidos e candidatos são necessários recursos organizacionais e financeiros. Dito de outra, dinheiro é fundamental para a realização das eleições. É válido deixar claro que não se refere aos recursos para questões operacionais do pleito que precisam ser custeadas. Trata-se aqui dos recursos fornecidos para partidos e candidatos para a divulgação de suas candidaturas.

Não existem dúvidas entre os analistas da necessidade de recursos para que partidos e candidatos possam publicizar suas propostas, debaterem e prestarem contas das ações que tiveram durante seus mandatos, caso dos candidatos à reeleição. Por isso,

o financiamento das campanhas ganha importância para as eleições e, conseqüentemente, as pesquisas acadêmicas devem observar esse aspecto das eleições. No Brasil, após as modificações realizadas na legislação eleitoral que aconteceram seguidas do escândalo que envolveu o ex-presidente Fernando Collor de Melo, foram liberados os recursos provenientes de financiadores privados, antes, esse tipo de recurso era proibido. No entanto, os limites não são definidos de forma absoluta, o que se define como limite é uma parte da renda declarada no ano anterior. Essa medida parece ter o intuito de proteger as empresas (ou até mesmo pessoas físicas) de possíveis chantagens e não proteger os valores democráticos reduzindo a interferência de “*big donors*”. Os escândalos referentes à corrupção que muitas vezes estão associados ao financiamento das campanhas não são exclusividade da política brasileira e, além disso, as informações e os métodos para fazer o controle das doações crescem ao longo do tempo.

Mesmo tendo sua importância reconhecida, o financiamento das campanhas pode criar desvirtuamento dos ideais democráticos uma vez que candidatos com maior poder de arrecadação têm mais chances de divulgar suas propostas e persuadir o eleitor, além disso, de maneira ampla, os candidatos têm que procurar financiadores para suas campanhas, criando um vínculo mais estreito com a iniciativa privada. Os debates ocorrem exatamente sobre a estreita relação entre agentes políticos e econômicos mesmo com as tentativas de colocar limites sobre a mesma.

Na maioria dos casos, grande parte dos recursos é proveniente de uma mesma empresa, as empresas que atuam dessa forma são denominadas de “*big donors*”. Alguns atores financiam as campanhas sozinhos. Devido aos elevados volumes de recursos despendidos e a relação próxima entre empresas e candidatos é necessário observar as campanhas e os financiadores. Os estudos são, em grande parte, voltados para as eleições nacionais com ênfase as eleições para deputados federais. Eleições locais são menos estudadas, mas fazer essa análise é também importante para ampliar o conhecimento acerca das relações entre dinheiro e eleições no cenário político atual.

2 – O problema de pesquisa: custos das campanhas municipais de 2012

Em um *sistema democrático ideal*¹ quais os fatores que influenciariam um cidadão participar com seus próprios recursos financeiros no processo eleitoral? Ou melhor, o que leva um indivíduo a contribuir financeiramente com os partidos políticos? Caso esta pergunta estivesse direcionada aos sistemas políticos existentes (principalmente, aos sistemas latinoamericanos) a resposta seria bastante previsível! Muitos argumentariam que o acesso a informações restritas, participação privilegiada nas decisões governamentais, interesses escusos na consecução de obras públicas – enfim, vários processos que na sua maioria são exatamente contrários ao universalismo de procedimento – seriam os reais motivadores do ato de financiar partidos.

Nas eleições municipais de 2012, foram declarados aproximadamente R\$ 4,7 bilhões. Sem sombras de dúvidas, as campanhas majoritárias são as mais custosas (cerca de R\$ 2,4 bilhões, se somadas as despesas de candidatos e comitês financeiros). Individualmente, os candidatos à vereança gastaram pouco mais de R\$ 1.7 bilhões, porém, estas campanhas contaram ainda com mais R\$ 52 milhões dos comitês específicos para este cargo. Os dados dos comitês financeiros únicos² também não são nada desprezíveis, despenderam mais de R\$ 476 milhões.

Tabela 1: Total de despesas declaradas pelos partidos, candidatos e comitês financeiros (em R\$ milhões)

Partidos		34,05
	Únicos	476,61
Comitês	Prefeito	132,58
	Vereador	52,42
Candidatos	Prefeito	2.319,11
	Vereador	1.778,55
Total		4.793,32

Fonte: Dados calculados pelos autores com base nas informações do TSE.

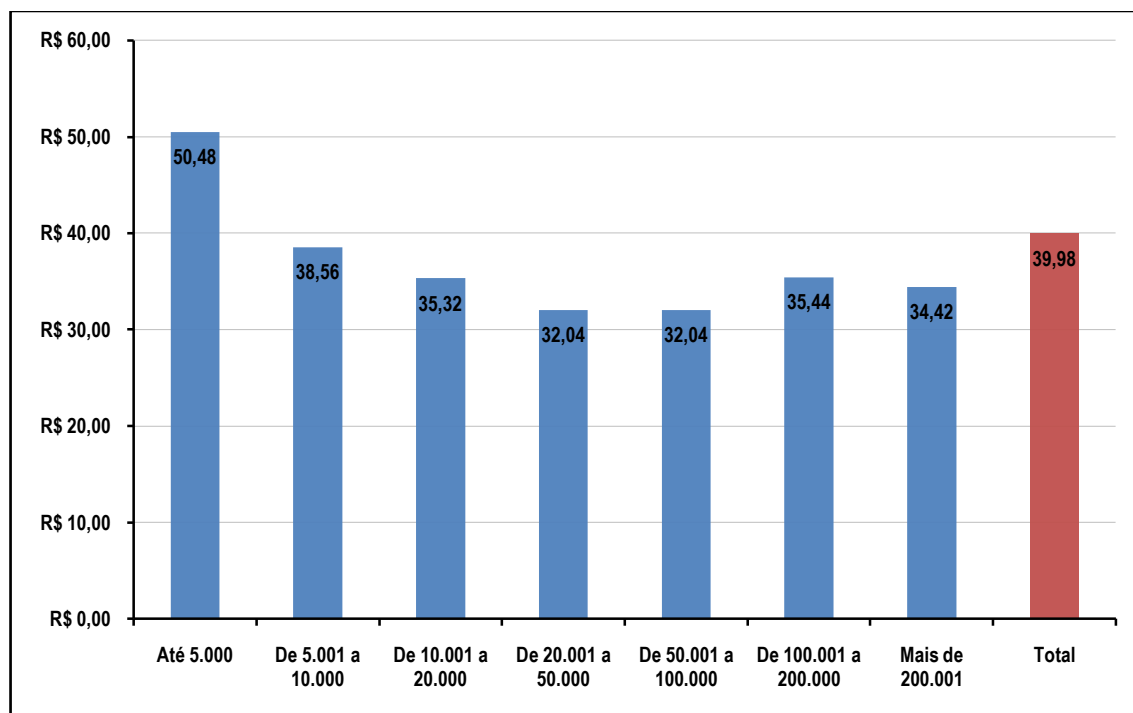
¹ Utiliza-se aqui o conceito dahlsoniano de democracia onde as variáveis “participação” e “competição” são as peças chaves para a realização do ideal democrático.

² Foram retirados da análise os repasses dos comitês aos candidatos, uma vez que os candidatos são obrigados a declarar esses recursos em suas prestações de contas como receitas, contabilizar esses repasses aumentaria os problemas de dupla contagem.

Oferecer cifras totais despendidas nas campanhas eleitorais beira ao sensacionalismo jornalístico, afinal, a manutenção de sistemas representativos democráticos não são gratuitos. Entretanto, o que faz que um sistema custe mais que outros? A primeira resposta, obviamente, seria o número de eleitores que as campanhas devem atingir. Por este motivo, as análises deste artigo se voltarão não aos custos totais das campanhas, e sim aos custos por eleitor. Destarte, pode-se reformular a pergunta inicial da forma que se segue: os custos das campanhas por eleitor variam de municípios para municípios? Caso afirmativo, quais são os fatores que estão associados ao maior ou menor custo?

No gráfico abaixo se encontra a média dos custos por eleitor das campanhas majoritárias e proporcionais em 2012 por categoria de tamanho de município. O que se percebe é que há variação nos custos nos cargos disputados. Portanto, a resposta à primeira pergunta acima é sim, os gastos variam. Fica bastante evidente também que os custos são proporcionalmente maiores nos pequenos municípios, embora a relação não seja linear. Cabe indagar, então, quais são os fatores que covariam com os custos por eleitor.

Gráfico 1: Média dos custos por eleitor por tamanho do eleitorado



Fonte: Dados calculados pelos autores com base nas informações do TSE.

Tabela 2: Estatísticas descritivas dos Custos por eleitor nos municípios por tamanho do eleitorado

Tamanho do Eleitorado	Partidos	Comitês Financeiros			Candidatos		Total	
		Únicos	Prefeito	Vereador	Prefeito	Vereador		
Até 5.000	N	1.620	1.620	1.620	1.620	1.620	1.620	
	Média	0,40	5,23	0,42	0,30	23,66	20,47	50,48
	Mediana	0,00	1,12	0,00	0,00	17,47	16,26	40,40
	Desvio Padrão	1,45	10,16	3,34	1,13	21,78	17,28	37,46
De 5.001 a 10.000	N	1.481	1.481	1.481	1.481	1.481	1.481	
	Média	0,39	4,05	0,40	0,23	19,65	13,85	38,56
	Mediana	0,00	0,95	0,00	0,00	15,75	11,24	32,05
	Desvio Padrão	1,89	7,23	2,16	0,91	15,59	10,39	24,32
De 10.001 a 20.000	N	1.267	1.267	1.267	1.267	1.267	1.267	
	Média	0,24	4,35	0,57	0,24	16,82	13,10	35,32
	Mediana	0,00	1,16	0,00	0,00	13,58	9,78	28,81
	Desvio Padrão	1,11	7,23	2,64	1,07	12,57	22,21	29,68
De 20.001 a 50.000	N	774	774	774	774	774	774	
	Média	0,27	3,85	0,76	0,15	15,71	11,30	32,04
	Mediana	0,00	1,00	0,00	0,00	12,04	8,98	26,11
	Desvio Padrão	1,19	7,06	3,20	0,90	13,47	8,68	23,39
De 50.001 a 100.000	N	240	240	240	240	240	240	
	Média	0,24	3,79	0,92	0,31	14,82	11,96	32,04
	Mediana	0,01	0,81	0,00	0,01	12,12	9,55	26,31
	Desvio Padrão	1,06	7,16	2,72	1,89	11,68	8,29	21,65
De 100.001 a 200.000	N	103	103	103	103	103	103	
	Média	0,23	2,72	0,77	0,18	15,92	15,63	35,44
	Mediana	0,02	0,29	0,00	0,03	13,76	10,86	27,21
	Desvio Padrão	0,66	6,29	2,82	0,34	12,05	21,53	31,29
Mais de 200.001	N	83	83	83	83	83	83	
	Média	0,19	3,13	0,54	0,52	17,85	12,19	34,42
	Mediana	0,04	1,32	0,00	0,14	14,59	10,47	32,24
	Desvio Padrão	0,40	4,24	1,77	1,06	12,42	7,61	17,35
Total	N	5.568	5.568	5.568	5.568	5.568	5.568	
	Média	0,33	4,39	0,53	0,25	19,32	15,17	39,98
	Mediana	0,00	1,03	0,00	0,00	14,66	11,36	31,67
	Desvio Padrão	1,45	8,14	2,83	1,07	16,86	16,21	30,56

Fonte: Dados calculados pelos autores com base nas informações cedidas pelo TSE.

Objetivamente, o que interessa neste artigo é investigar quais as características socioeconômicas, geográficas e políticas dos municípios brasileiros que estão associadas ao maior ou menor custos das campanhas eleitorais. Ou seja, quais são características dos municípios em que as campanhas custam mais?

A primeira hipótese surge do conhecido “dilema da participação”, que foi objeto de análise de Figueiredo (1991) em sua obra, “A Decisão do Voto”. O autor se propôs a desmistificar o intrigante dilema que se impunha aos cientistas políticos, a saber, se o impacto do voto de um único indivíduo no resultado final é ínfimo (1 sobre o tamanho

do eleitorado³), por que motivo o eleitor comparece às urnas? A chave para o entendimento deste paradoxo é a avaliação que o eleitor realiza sobre “*a eficiência do seu ato sob a condição de incerteza sobre o que os demais eleitores farão; e decide antecipando as decisões dos demais*”. O que era um incentivo a não-participação (o baixo impacto do voto) torna-se, pela antecipação (ação estratégica), exatamente no seu oposto. Ou seja. Como o eleitor também sabe que todos os outros possuem o mesmo incentivo, o de não participar, caso todos os outros deixarem de comparecer às urnas no dia da eleição, ele (o indivíduo) termina por decidir o resultado sozinho. Caso decidisse pela não participação, estaria apenas aumentando a eficiência dos atos de outros. O fato de que todos eleitores fazem o mesmo cálculo (maximizando a utilidade esperada do seu voto), o produto final é a participação⁴.

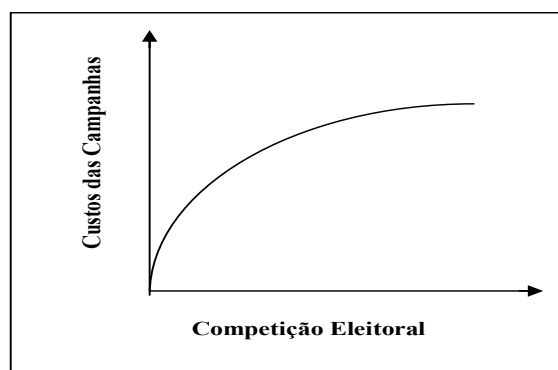
Como o próprio autor ressaltou, este cálculo somente é possível em um cenário de incerteza eleitoral, em casos onde o eleitor perceba a existência de um “ganhador certo” a taxa de comparecimento tende a ser menor do que em um cenário de disputa acirrada (quanto menor a diferença entre os candidatos, maior o incentivo à participação). Sendo assim, a competição eleitoral é um elemento de grande importância na participação eleitoral. Obviamente, estas proposições não podem ser simplesmente transpostas à participação dos doadores de campanha. Até pelo fato de que, pelas regras do sistema de financiamento vigentes no Brasil, os indivíduos não possuem garantias de participação igualitárias no apoio financeiro aos partidos⁵ como possuem quanto ao voto. Tampouco a estrutura de social de enormes desigualdades permite que um cidadão assalariado participe em “pé de igualdade” com um grande empresário. No entanto, apenas por exercício de abstração, podemos postular que entre os “*big donors*” (com o mínimo de igualdade financeira) os argumentos relativos à competição da disputa eleitoral possuem validade. Assim podemos esperar que o grau de participação financeira seja proporcional à competitividade do jogo eleitoral, ou seja, que o crescimento dos custos das campanhas acompanha a tendência da curva da competição

³ Como bem lembrado por Wanderley Guilherme dos Santos no prefácio daquele, “qualquer coisa próxima de zero, lá pela sétima casa decimal”.

⁴ Figueiredo, 1991, p. 207.

⁵ Como observamos no capítulo anterior, os limites às doações são impostos pela própria renda do doador, 10% no caso de pessoas físicas e 2% para pessoas jurídicas.

eleitoral.



Pela questão analítica aqui proposta, os efeitos da competição eleitoral recaem tanto nos doadores (que percebendo a possibilidade de maximizar sua participação, são incentivados a empregarem mais recursos, ainda mais na incerteza), quanto nos partidos políticos (quer no caso dos que já estão no poder, quer no caso dos desafiantes). Ambos, portanto, são incentivados a utilizar mais recursos financeiros diante de cenários com alto grau de incerteza. Destarte, quanto maior for a competição eleitoral dos municípios, maior serão os gastos totais esperados. Esta hipótese será testada nas próximas páginas. Como se verá mais adiante utilizar-se-á indicadores de competição tais como *número efetivo de partidos* (Nep) e *índice de competitividade* (IC – WGS).

Uma terceira hipótese que será testada se refere aos custos marginais decrescentes das campanhas com relação ao incremento de eleitores. Especificamente, espera-se encontrar uma relação negativa entre o custo total por eleitor e o número de eleitores. Antes, entretanto, cabe justificar a escolha do desenho de pesquisa utilizado neste artigo, assim como a escolha das unidades observacionais: os municípios brasileiros.

3 – Competição Eleitoral nos municípios brasileiros

Como se sabe, em um dos mais influentes empreendimentos teóricos da democracia liberal, “*Poliarquia*”, Robert Dahl, (1997) apresenta duas dimensões que permitem identificar e classificar os sistemas do mundo real de acordo com os ideais democráticos, quais sejam, contestação pública e participação⁶. A primeira dimensão diz respeito exatamente ao que se pode traduzir por competição institucionalizada, que requer que os participantes – governos e oposições – tenham incentivos institucionais para aderirem às regras do jogo e respeitarem os resultados eleitorais. Ainda que Dahl não considerasse como um atributo suficiente para o desenvolvimento de um sistema democrático, a competição figura em toda sua obra como uma pré-condição para a Poliarquia.

Se, por um lado, Dahl estava preocupado com as variáveis político-institucionais que aumentavam a participação e oposição dos sistemas políticos; por outro, estudos desenvolvidos pela sociologia política se debruçavam sobre as características das estruturas sociais que funcionavam como insumos necessários para o estabelecimento da Democracia. Um dos maiores expoentes dessa corrente foi, sem sombra de dúvidas, Seymour Lipset, (1959). A perspectiva desses esforços era a de que os sistemas políticos refletiriam os avanços alcançados em outras áreas da sociedade, tais como a urbanização, industrialização, escolarização e, principalmente, por consequência da emergência de uma classe média robusta. Dito de outro, quanto maior o nível de modernização de um determinado país tanto mais propenso estaria a sustentar instituições democráticas. Não obstante as acentuadas diferenças teóricas entre a escola institucionalista dahlsiana e os teóricos da modernização, constata-se em ambas o conceito de competição política como base dos sistemas democráticos. Tanto em Dahl, (1997) quanto em Lipset, (1959) a competição política é um dos requisitos para que um sistema seja considerado democrático. Em outras palavras, por mais dissenso existente acerca das explicações de como se estabelece a competição, esta será um atributo definidor do que é um sistema democrático.

⁶ Robert Dahl no livro “*Um prefácio à teoria democrática*” (1989 [1956]) já havia demonstrado preocupações nesse sentido e apresentou o embrião do que viria a ser melhor desenvolvido em 1971 em “*Poliarquia*”.

Obviamente, estas questões não ficam apenas no plano teórico, muito antes pelo contrário, decantaram nos estudos empíricos sobre consolidação e manutenção de regimes democráticos. Ao comparar tipos distintos de operacionalização dos atributos do conceito de democracia em nove trabalhos que marcaram a ciência política comparada, Munck & Verkuilen, (2002) dividem a literatura entre maximalistas e minimalistas. No primeiro grupo estão aqueles que exigem o máximo de atributos de um sistema para que possa ser considerado democrático; no lado oposto, os minimalistas são os autores que exigem o mínimo de atributos dos países. O ponto a ser destacado aqui é que mesmo entre os trabalhos da corrente minimalista o conceito de competição eleitoral representa uma constante. Dito de outra, o requisito de que ao menos dois atores compitam nas eleições é condição *sine qua non* para classificar um país como democrático, ou até mesmo entre diferentes graus de democratização dos sistemas políticos. Surge assim uma das principais questões analíticas que orientam este artigo a saber, a relação entre competição eleitoral e financiamento de campanhas.

3.1 – Indicadores de competição

Há diversas formas de se mensurar a competitividade dos sistemas, dos mais simples aos mais complexos, cada indicador busca captar uma das dimensões do conceito. Não é raro encontrar análises jornalísticas que confundem o real significado de cada indicador e acabam por interpretar equivocadamente os fenômenos que se pretende compreender. Por este motivo, vale a pena dedicar algumas linhas para clarificar os indicadores que aqui serão utilizados.

Talvez o indicador mais comum na literatura especializada que se lança na empreitada de mensurar a competitividade dos sistemas seja o número efetivo de partidos, que foi criado por Laakso e Taagepera (1979) a partir do índice de fracionalização de Rae⁷. Este indicador tem como objetivo estabelecer o nível de fragmentação das forças competitivas. Por mais que tenha sido demasiadamente

⁷ Em realidade, o indicador proposto por Douglas Rae é uma adaptação do conhecido índice de Herfindahl–Hirschman (H-H) amplamente utilizado na economia para mensurar dispersão-concentração de indústrias e mercados. Para maiores detalhes sobre os índices mais utilizados na Ciência Política e seus limites ver Nicolau (2004). Michael Gallagher em sua página na internet disponibiliza arquivos em excel que fornecem formas simples de se calcular uma série de indicadores, basta o usuário inserir os dados e o programa calcula automaticamente, ver: http://www.tcd.ie/Political_Science/staff/michael_gallagher/ElSystems/index.php .

utilizado pela literatura, vale um nota a respeito do cálculo e das interpretações destes indicadores.

O Nep é dado por $1/\sum v_i^2$; onde v_i também representa a proporção de votos obtida por cada partido. Então, segue-se que: $Nep = 1/(1 - F)$. Para utilizar novamente o caso hipotético, o Nep seria igual a $1/(0,29)$, ou seja, 3,45. Ao contrário do índice de fracionalização, o número efetivo de partidos não possui uma interpretação substantiva. Entretanto, sua utilização se tornou muito mais comum⁸.

Como os sistemas partidários nos municípios podem ser bastante distintos do sistema nacional, cabe investigar em que grau está e como foi a evolução da competição eleitoral nos sistemas municipais. Vejamos mais detidamente o fenômeno da competição eleitoral e sua recente evolução.

Se o número efetivo de partidos eleitorais capta a dispersão dos votos entre os partidos, portanto, o resultado da partilha do poder político pós-eleições, há outro indicador mais indicado capturar o lado da oferta, a saber, o Índice de Competitividade (IC). Ou seja, o IC mensura a competitividade da própria eleição antes mesmo do resultado. Seu cálculo é bastante simples:

$$IC = (N - 1)/2W,$$

Onde N representa o número candidatos que disputam o determinado cargo e W se refere ao número de cadeiras disputadas (magnitude dos distritos). Em realidade, esta é uma forma um pouco diferente de se apreender a relação candidato/vaga. Segundo o próprio inventor do indicador, sua interpretação se faz da seguinte forma:

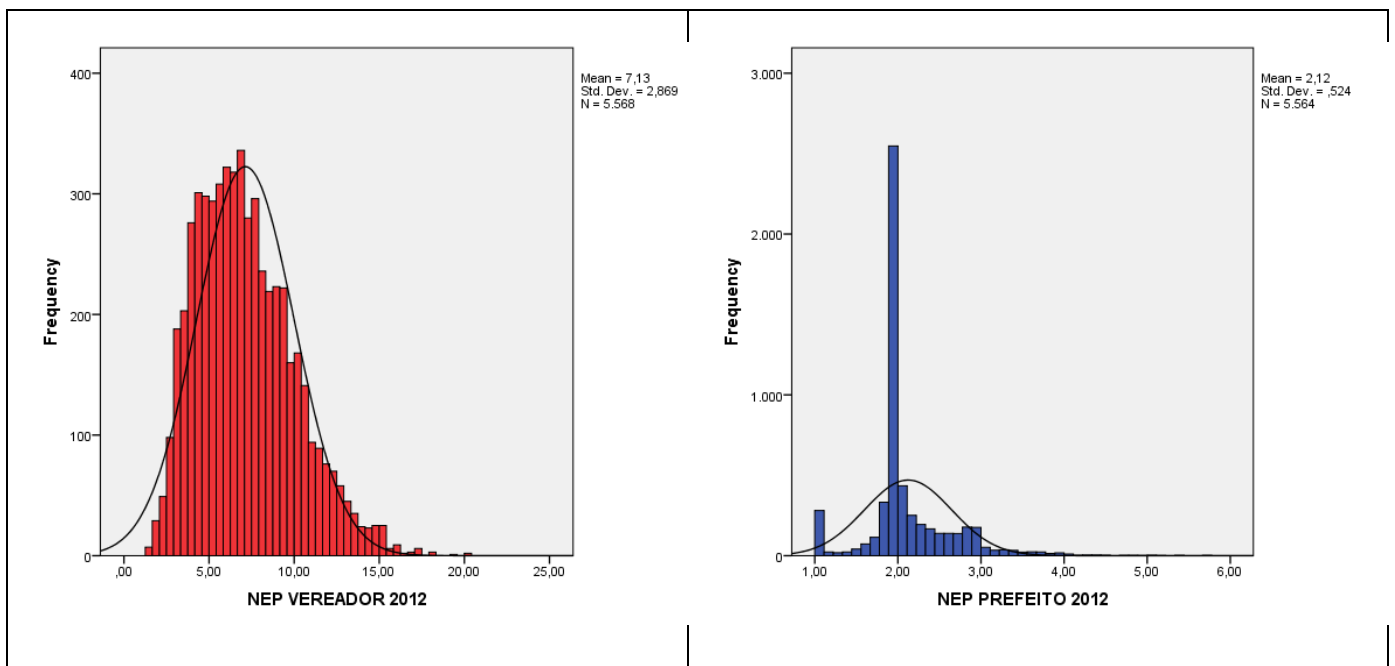
“Se o número de candidatos fosse igual ao número de vagas, não haveria competição pelos lugares disponíveis. Minimamente, é necessário que existam dois candidatos para cada vaga, de onde o 2W do denominador, exprimindo a fórmula $N/(2W)$ o número de vezes em que o número real de candidatos é superior ou inferior ao que, normativamente, deveria ser para que se alcançasse o grau mínimo de competitividade. Retirar uma unidade desse resultado permite exigir maior competição entre candidatos para que se classifique uma eleição como altamente competitiva.

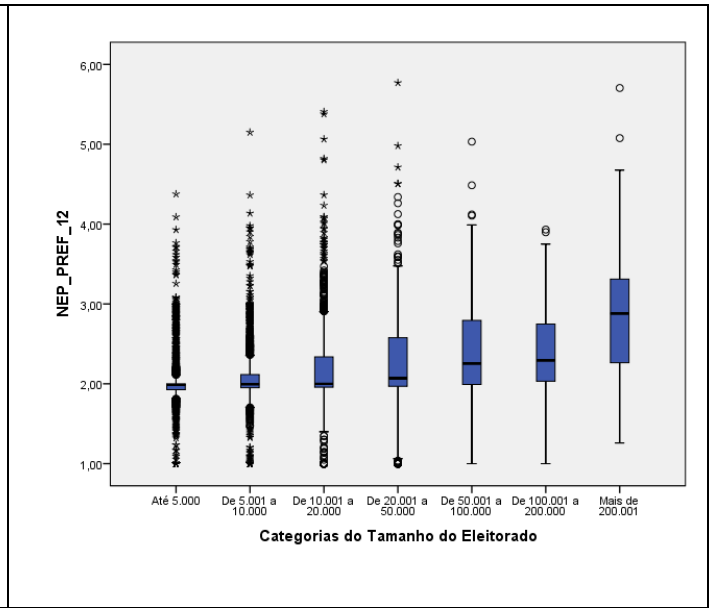
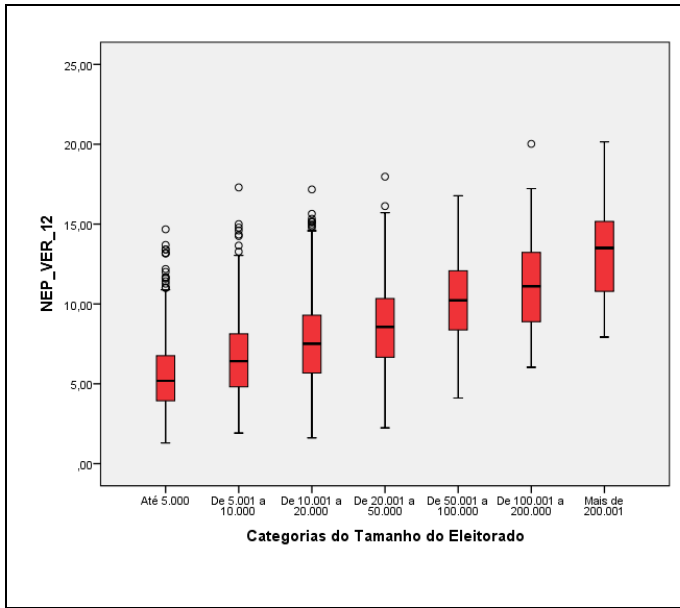
⁸ Quiçá a tradução do inglês (*effective number of parties*) e a altíssima ressonância do termo deste indicador tenha provocados interpretações equivocadas. O principal deles é o chamado “equivoco de retorno”, ou seja, o leitor interpreta o indicador agregado (por exemplo, $Nep = 3$) e retorna à distribuição dos votos acreditando ser os três maiores partidos os realmente efetivos. Em realidade, o que é efetivo é o número, e não o partido. O indicador é simplesmente uma construção abstrata de uma probabilidade.

Muitos cientistas políticos trabalharam os indicadores de competitividade dos sistemas como variáveis dependentes, ou seja, um fenômeno a ser explicado – tanto pelas fórmulas eleitorais quanto pela estrutura da sociedade (Nicolau, 1996b; Norris, 2004; Lijphart, 2003). No entanto, sem negligenciar os agentes causais do grau de competitividade dos sistemas, o que de fato interessa aqui é o efeito da competição sobre os custos de campanha. Sendo assim, o índice (Nep) passa a ser considerado uma variável explicativa (ou melhor, variável independente) e os custos por eleitor a variável a ser explicada (variável dependente).

Para que fosse viabilizada a análise da relação entre a competitividade dos sistemas partidários municipais e o custo das campanhas eleitorais foram utilizados tanto o Nep (2012) quanto o ICC (2012). Abaixo seguem os gráficos com as distribuições dos indicadores de competitividade dos sistemas municipais (majoritário e proporcional) que serão incluídos nos modelos econométricos com suas respectivas estatísticas descritivas.

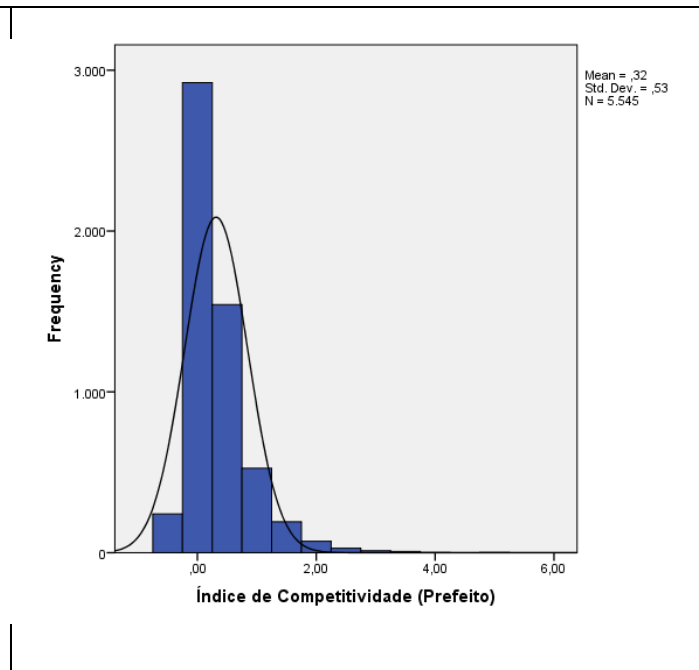
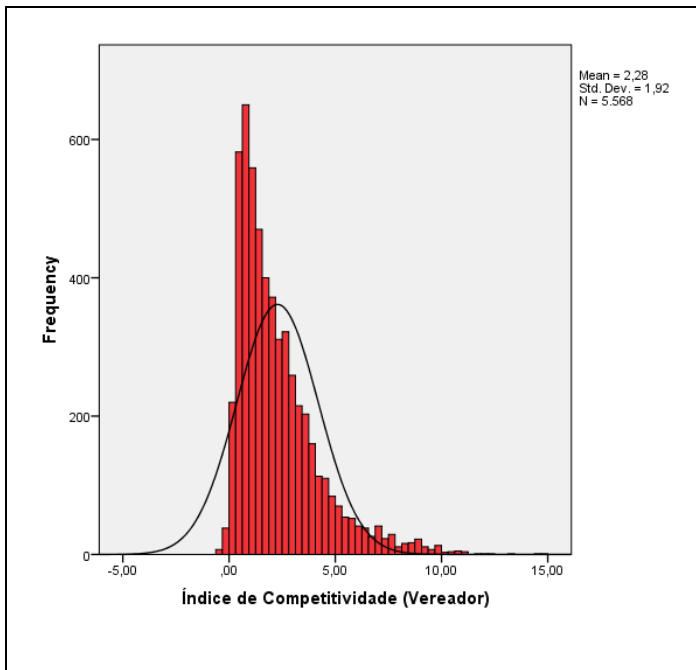
Gráfico 2: Distribuições dos Indicadores Número Efetivo de Partidos (Nep 2012) nos municípios Brasileiros

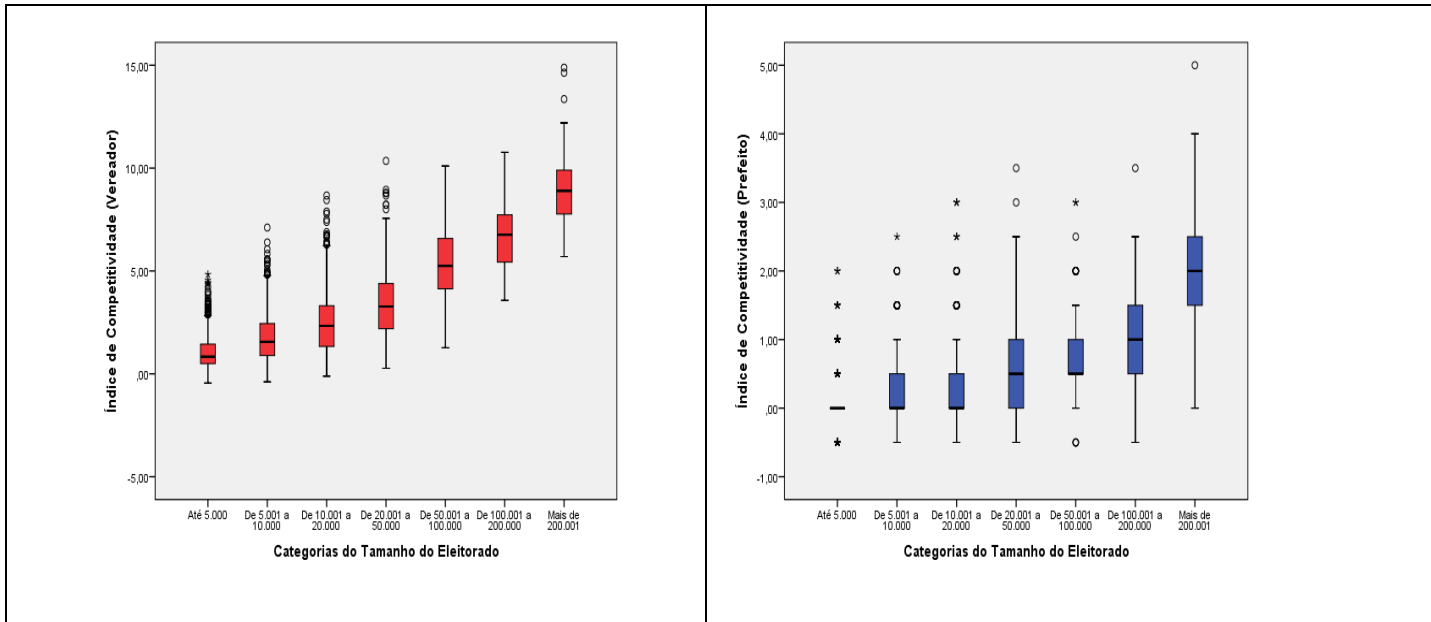




Fonte: Dados calculados pelo autor com base no TSE.

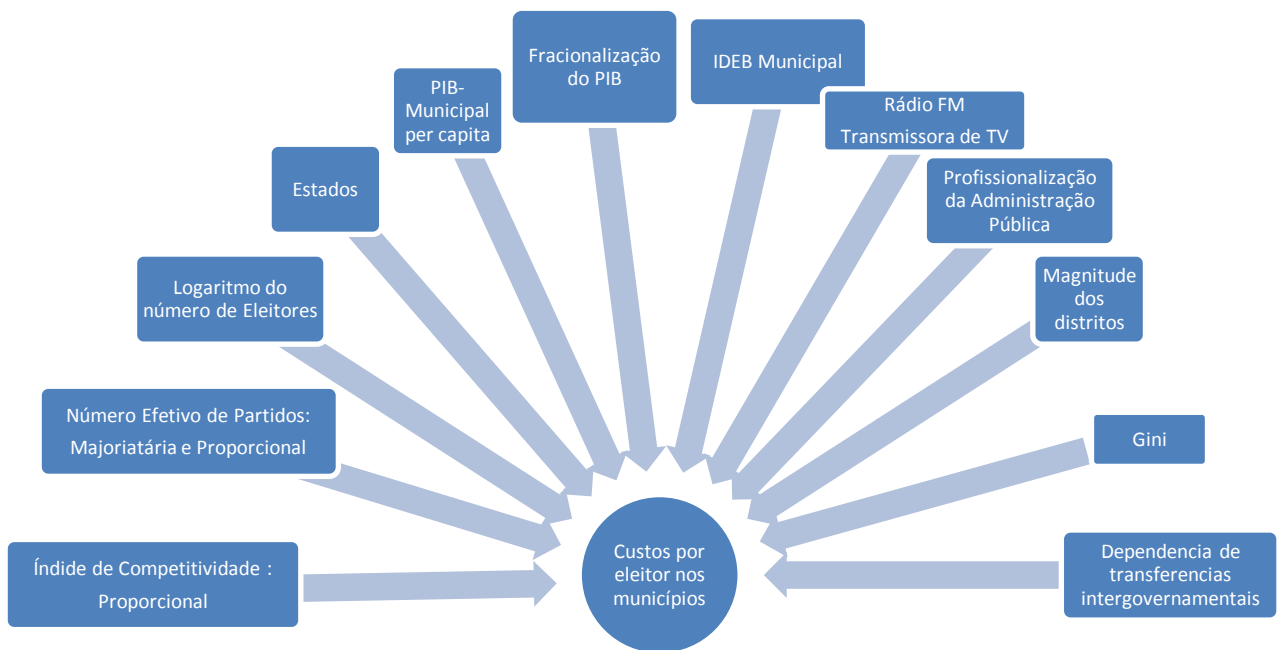
Gráfico 3: Distribuições dos Indicadores de Competitividade (WGS) nos municípios brasileiros





4 – O modelo teórico e os coeficientes

No intuito de resumir a modelagem, apresenta-se abaixo a figura contendo as variáveis utilizadas para mensurar os custos por eleitores, que reúne despesas declaradas pelos candidatos, comitês e partidos, tanto para as eleições majoritárias quanto para as proporcionais.



	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	51,168	9,880		5,179	,000
AL	19,704	6,361	,087	3,097	,002
AM	22,249	6,657	,077	3,342	,001
AP	,124	8,641	,000	,014	,989
BA	,566	5,964	,005	,095	,924
CE	3,858	6,135	,025	,629	,529
ES	14,395	6,430	,061	2,239	,025
GO	37,346	6,098	,257	6,125	,000
MA	5,516	6,055	,036	,911	,362
MG	6,246	5,941	,077	1,051	,293
MS	29,204	6,386	,124	4,573	,000
MT	47,190	6,161	,256	7,660	,000
PA	12,357	6,237	,061	1,981	,048
PB	-7,769	6,118	-,052	-1,270	,204
PE	-5,990	6,117	-,038	-,979	,328
PI	13,202	6,089	,084	2,168	,030
PR	3,960	5,985	,037	,662	,508
RJ	4,576	6,414	,021	,713	,476
RN	9,528	6,155	,057	1,548	,122
RO	24,312	6,684	,083	3,637	,000
RR	6,201	8,857	,011	,700	,484
RS	-5,281	5,986	-,049	-,882	,378
SC	8,290	6,080	,064	1,363	,173
SE	-6,053	6,502	-,025	-,931	,352
SP	-6,374	5,981	-,072	-1,066	,287
TO	52,721	6,193	,274	8,513	,000
5.001 a 10.000 Eleitores	-12,685	,997	-,192	-12,720	,000
10.001 a 20.000 Eleitores	-16,358	1,231	-,239	-13,286	,000
20.001 a 50.000 Eleitores	-22,100	1,679	-,271	-13,163	,000
50.001 a 100.000 Eleitores	-28,770	2,606	-,212	-11,038	,000
100.001 a 200.000 Eleitores	-28,512	3,638	-,139	-7,838	,000
mais de 200.001 Eleitores	-37,509	5,109	-,167	-7,341	,000
Percentual de receitas de transferencias intergovernamentais	-,326	,052	-,114	-6,302	,000
Percentual de Funcionarios apenas comissionados	,126	,049	,034	2,583	,010
IDEB 2011	-1,017	,569	-,035	-1,789	,074
Gini	18,942	6,587	,043	2,875	,004
Produto Interno Bruto per capita 2010	,000	,000	,172	13,434	,000
Fracionalização do PIB	-1,036	4,797	-,003	-,216	,829
Magnitude Vereador	-,232	,220	-,024	-1,055	,291
Índice de Competitividade (Vereador)	,752	,371	,051	2,025	,043
Nº Efetivo de Partidos (Prefeito 2012)	4,195	,706	,076	5,942	,000
Nº Efetivo de Partidos (Vereador 2012)	,653	,183	,065	3,565	,000
Geradora de TV	1,311	1,209	,015	1,085	,278
Rádio FM	-,100	,834	-,002	-,120	,905

5 - Conclusão: ou interpretações dos modelos para custo por eleitor nas eleições municipais de 2012

Logo de início, cabe ressaltar que os coeficientes de determinação são moderados, ou seja, as variáveis independentes em conjunto explicam apenas 38% da variação dos custos por eleitor nos municípios. Entretanto, posto que se trata de modelos das ciências sociais, cujas proporções de explicações em geral são baixas, o que se pode verificar não é absolutamente desprezível, ainda que inspire cautela nas interpretações dos coeficientes.

As variáveis socioeconômicas se comportaram da maneira esperada. O índice de Gini foi significativo e positivo ou seja, quanto mais desigual o município, maior os custos por eleitor das campanhas.

As variáveis relacionadas ao PIB municipal também obtiveram impactos esperados: positivo e significativo. Aumentam os custos das campanhas quanto maior o PIB *per capita*. Todavia, a fracionalização do PIB teve impacto negativo e também significativo. Em resumo, quanto mais concentrada a produção e mais rico o município, mais caras as campanhas.

No que se refere à profissionalização da administração pública, o coeficiente da variável do percentual de funcionários somente comissionados foi significativo e positivo. O que significa maiores custos de campanhas em municípios com máquinas públicas mais propensas ao uso político-eleitoral.

Em municípios com geradoras de TV as campanhas chegam a custar, em média, R\$ 1,31 a mais por eleitor em comparação com municípios sem geradoras. Os coeficientes para Rádio FM foram positivos, não obstante o fato de não obterem significância estatística.

A hipótese de que os custos por eleitor respondem à teoria dos custos marginais decrescentes não pode ser rejeitada, uma vez que as variáveis dummies para tamanho por número de eleitores foi estatisticamente significativa e com impacto negativo.

Embora exijam prudência, os resultados das variáveis do sistema político-partidário municipais são bastante interessantes. A magnitude dos distritos (número de vagas para vereador) possui efeito negativo e significativo. Comportamento inverso foi verificado com o índice de competitividade das eleições proporcionais (IC), ou seja, quanto maior a competitividade, maior também a despesa predita pelo modelo, o que corrobora a hipótese principal deste trabalho. O mesmo pode ser dito a respeito dos indicadores de competição eleitoral (Nep). Dito de outra, o Nep tanto para vereador quanto para prefeito tem impactos positivos e significativos sobre os custos por eleitor, exatamente como havia sido previsto pela teoria utilizada sobre incentivos aos competidores e doadores oriundos da incerteza dos resultados eleitorais.

6 – Referências Bibliográficas

DAHL. **Um prefácio à teoria democrática**. [s.l.] J. Zahar, 1989. p. 151

_____. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Edusp, 1997. p. 234

FIGUEIREDO. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. São Paulo: [s.n.]. p. 1991

LAAKSO; TAAGEPERA, R. Effective number of parties: A measure with application to West Europe. **Comparative political studies**, v. 12, n. 1, p. 3-27, 1979.

LIPSET. Some social requisites of democracy: Economic development and political legitimacy. p. 69-105, 1959.

MUNCK; VERKUILEN, J. Conceptualizing and measuring democracy Evaluating alternative indices. v. 35, n. 1, p. 5-34, 2002.

NICOLAU. **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)**. 1996.

_____. **Sistemas eleitorais**. [s.l.] EDITORA FGV, 2004. p. 111

NORRIS. **Electoral engineering: voting rules and political behavior.** [s.l.]
Cambridge University Press, 2004.